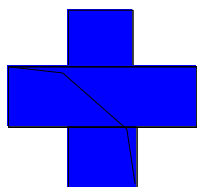




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

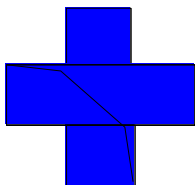
1 No dia 19 do mês de Julho de dois mil e Dezoito, as quatorze horas e dezessete minutos, no
2 auditório do conselho regional de medicina, em Cuiabá/MT, após conferência de quórum, deu início
3 a reunião extraordinária do Conselho Estadual de Saúde. A sessão foi presidida pela Presidente do
4 Núcleo. Conselheira Ana Boabaid, que inicia a Reunião extraordinária que trata contrato 20/20
5 pagamento por serviço não inserido no sistema SEG/SUS, DATASUS, SISREG forte indicio de
6 pagamento de serviços oftalmológicos sem prestação de serviços, irregularidades grave e indícios
7 de não pagamento em empresas do mesmo sócio no Distrito Federal tido como convocatória da
8 comissão o encaminhamento foi a convocação de uma reunião extraordinária do pleno para
9 apreciação da proposta de sustação prestação de pagamentos da etapa Cuiabá ate que seja
10 apresentada a Pacts e realizada a análise detalhada de prestação de serviços e também o assunto da
11 paralização dos serviços de UTI Pediátricos de Rondonópolis e fechamento dos serviços de
12 Obstetrícia falta de pagamento de faturas fora da ordem cronológicas da apresentação inclusive
13 das faturas da DATASUS que configura crime previsto na lei de licitação o encaminhamento foi a
14 inclusão do assunto da reunião extraordinária com proposta de determinar a sustação o
15 encaminhamento da ordem cronológicas, Cons. Ana Boabaid relatou que a Coordenadora da
16 Comissão **Elda** Valin estará justificando a convocatória deu início da conferência de quórum
17 ressaltando o número de conselheiros presente na reunião extraordinária, que teve um total de (11)
18 onze conselheiros presentes, Ana Boabaid, ressaltou que estava com dificuldades com gravação da
19 reunião e justificou que o Conselho sempre grava as Reuniões para transcrever a Ata, citando a
20 resolução 453 que diz que o Conselho deve ter estrutura para o pleno funcionamento, a Secretaria
21 Executiva Lúcia Almeida pediu licença ressaltando que a Reunião estaria sendo gravada de celular
22 informando a dificuldade em digitar a ata pedindo para as pessoas presentes que falassem no
23 microfone na frente, citando que o CES esta sem Contrato para evento para esse tipo de serviço,
24 nesse momento a Cons. Ana Boabaid agradeceu o CRM de ceder o auditório para a realização do
25 evento, a Conselheira Ana passa fala para a **Coordenadora da Comissão Elda Valin**, que
26 começou falando da Pauta do Pagamento do empenho da 20/20 sobre o empenho de nove milhões
27 que foram somente pago dois milhões, ela relata que tem olhado todos os dias se foram pago, diz
28 que se não não teria sentindo, fazer uma proposta de sustar o pagamento, a Coordenadora da
29 comissão Elda Valin disse que esta sem a senha do FIPLAN para a Consulta Pública, ela relatou
30 que tentou verificar pelo CNPJ nem pelo nome. Conselheira pergunta à Ordenadora de despesas da
31 SES, se já foi pago o restante. **Cons. Ana Boabaid**, solicita que a Cons. Elda Apresente a Pauta, o
32 motivo da Reunião Extraordinária, conforme o Regimento Interno. Ressalta que a Apresentação
33 deverá ser de 10 minutos e as falas de 3 minutos por inscrição. **Cons. Elda**: Diz que a reunião foi
34 convocada, mas que primeiro foi criada a Comissão para fazer análise das contas da SES, comissão
35 aprovada por unanimidade pelo Pleno do CES. Diz que a Comissão começou a trabalhar, e o
36 governo colocou na pauta uma deliberação sobre a caravana, mandou um resumo e a comissão
37 achou que aquele resumo era insuficiente para a comissão dar um parecer. Depois diz a
38 Conselheira Elda que o Governo pediu a dois fiscais, da comissão de fiscalização, durante uma
39 reunião da comissão de orçamento, onde foi explicado, foi tirado dúvidas, mas naquela ocasião a
40 comissão continuou achando não era suficiente, diz que então decidiram pedir ajuda do DENASUS,
41 e da AGESUS, por fim diz que data a urgência, por que a etapa Cuiabá foi estimada em 15
42 milhões e depois foi apurado o serviço de 11 milhões e tinha um empenho de 9 milhões, que já





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

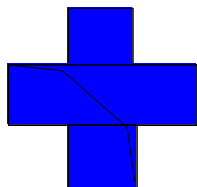
43 tinha sido pago, 2 milhões restando do empenhado 7 milhões. Diz que como estava inseguro em
44 relação aquele serviço que foi relacionado na nota fiscal, diz que pra evitar um problema maior no
45 futuro, que é um problema que o DF esta enfrentando, diz que DF, foi impedido pela justiça de
46 pagar, pelos mesmos problemas que tem aqui, embora seja outro nome, mas é mesmo CNPJ, lá é
47 chamada Fabio Vieira e aqui é 2020, diz que, não são nem duas empresas como ela disse, mas que
48 trata-se da mesma empresa. Diz que lá teve muito problema e que o ministério, propôs que o
49 tribunal de contas sustasse o pagamento, diz que o tribunal de contas não concordou, e então o
50 ministério publico do DF entrou com pedido na justiça e conseguiu sustar o pagamento, dia que
51 lendo a decisão judicial percebe que realmente é assustador. A Conselheira, diz que hoje no DF, no
52 relatório do tribunal de contas, a determinação do relator era que deveria ser investigado se
53 realmente os serviços foram prestados, que foi faturado e uma parte pago. Diz é essa preocupação
54 que esta sem trazido pra MT, usa um ditado que “quando vê a barba do vizinho arder, deve se
55 preocupar com a nossa”. Diz que como se trata de dinheiro público, deveria se apressar, e evitar que
56 o dinheiro saia, por que pra depois retornar é muito difícil. A Conselheira diz que, pediu um
57 relatório, diz que inclusive diz no relatório que nada foi negado a ela, diz que na SES, toda
58 informação solicitada, recebeu Diz que acesso aos sistemas, a mesma não tem senha, mas conseguiu
59 informações através da secretaria, diz ainda que fez entrevistas, e relata não encontrou nenhum
60 impedimento. A Conselheira diz que ficou surpresa, quando analisou o sistema SARGSUS,
61 SISREG, por que não havia nenhuma demanda, então questionou como foi encontrado a demanda
62 de 14 mil no inicio quando fundamentou a contratação da empresa em questão. A Conselheira diz
63 que o 14 mil foi estimado em base de dados do IBGE de 2010 acima de 55 anos, e diz que da
64 mesma forma que foi feito assim, aqui em Cuiabá também, tem uma demanda que em valores, que a
65 mesma não tem os dados do atendimento mas que os valores estavam estimados em 14 milhões,
66 também com base no IBGE, paciente acima de 50 anos. A conselheira diz que o problema é que
67 consultando o SISREG, não havia as informações mas analisando as informações levantadas,
68 observou que houve sim um levantamento da necessidade um pré cadastro, por parte de Cuiabá e
69 depois um encontro entre o demandado e o realizado. Diz que assusta, por que em Cuiabá esta mais
70 de 1005 acima do que foi estimado, diz que isso pode ser um indício de que o serviço não foi
71 prestado. Questiona a forma que poderia ter visto que o serviço foi prestado, então teria que estar
72 incluído no DATASUS, inclusive DATASUS tem como ter todos os dados do paciente inclusive
73 dos procedimentos realizados, diz que existem não só a importância da questão financeira mas a
74 importância quanto a continuidade do tratamento do paciente, diz que conforme foi dito na sala do
75 CES, os prontuários, ficam de posse da empresa que é um caminhão, que a sede dela é de Ribeirão
76 Preto o que dificulta o acesso a esses prontuários. Diz que ficam de informações sobre os pacientes,
77 apenas a APAC, porém diz que esta não está sendo alimentado desde outubro do ano de 2017. Diz
78 que esteve no local onde trabalha com o DATASUS diz que conversou com o Itamar e perguntou se
79 havia informações pendentes para a alimentação do DATASUS e ele disse que o havia era o que ele
80 repassou a ela ou seja até outubro Diz que diante disso, questiona como foi feito o levantamento. A
81 Conselheira diz que, olhando o pagamento, vê assim: que existe uma comissão, composta por 5
82 pessoas e três delas assinam um relatório dizendo – estou atestando que foi prestado o serviço com
83 base no relatório do anexo 3; diz que então ao procurar o anexo três, esta dizendo que, a pessoa
84 atestava uma nota de 8 milhões mediante contagem do relatório da própria empresa, e contagem





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

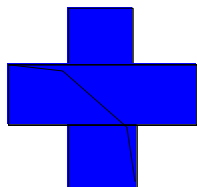
85 físicas da APACS, já que não tinha no sistema, com apenas uma pessoa assinando, diz que parece
86 que foram várias pessoas, mas que o atesto da quantidade, foi uma pessoa só que fez. A Conselheira
87 diz que baseado no anexo três ela faz, assinam duas servidoras e uma médica, diz que a médica é
88 preciso perguntar se ela atestou apenas a parte técnica ou se no quantitativo também, diz que
89 aparentemente não. Diz que tem uma metodologia e que traz itens 01 e 02 Diz que o no item 01 é
90 com base no relatório do anexo 3 onde tem uma só pessoa assinando que 8 milhões foram prestados
91 serviços, diz que é muito frágil, por se tratar dessa quantidade de dinheiro, e no outro anexo diz
92 sobre a quantidade de pessoas que serão atendidas, onde diz que a quantidade que será atendida será
93 enviada posteriormente junto com a nota fiscal e diz que com o processo encerrado o fato é que não
94 mandado essa relação. Diz que em outro processo que viu, foi enviado a relação com nome, sem o
95 procedimento realizado, apenas nomes, diz que baseando nessas informações observou a fragilidade
96 que há no processo, e somando pelos 3 anos 2016 a 2018. Diz que somando tudo com custo da
97 estrutura, infraestrutura criada em torno da carreta, chega a quase 50 milhões de reais. Diz que
98 pagar 50 milhões de reais com uma pessoa assinando, sem nada no sistema desde Outubro de 2017,
99 os controles estão muito frágeis, diz que no momento nem esta dizendo que houve irregularidade
100 nem que não houve, apenas diz que é necessário, antes de pagar que seja verificado, e esclarecido
101 todas as dúvidas existentes. **Cons. Ana Boabaid:** Esclarece que a pauta da caravana foi reprovado
102 pelo pleno do CES e que o que foi aprovado foi a política de cardiologia e oftalmologias. **Fátima**
103 **Ticianel:** Diz que a gestão pediu pra apresentar o relatório da caravana, diz que a pauta foi suspensa
104 e houve um pedido do conselho de fazer uma reunião, com a equipe técnica da SES para fazer os
105 esclarecimentos sobre os processos da caravana. Diz que não entendeu o por que da mudança, por
106 que a gestão apresentaria os dados os números inclusive os dados contábeis, diz ainda que não
107 tiveram a oportunidade de falar para todos os conselheiros. A Conselheira diz que, uma coisa foi o
108 conselheiro ter deliberado contra a caravana, porém diz que foi feito o projeto por que existia uma
109 fila de judicialização, diz que então a causa para o usuário não se questiona, como eles eles
110 tiveram pra ter acesso nem a qualidade, como ela falou, diz que em relação a questão de Brasília
111 esta totalmente descartada, diz que conhece o secretario de estado de saúde de Brasília e diz que
112 sabe o que aconteceu lá e que se for necessário irá levantar as informações, diz q em algo que não
113 não dá pra basear em algo que ocorreu em Brasília pra punir a gestão daqui, diz que são coisas
114 totalmente diferentes. Diz que quando a Conselheira colocou a pauta pra discutir de forma
115 extraordinária, não foi dado à Gestão o direito de fornecer novas informações, baseando-se no que a
116 Conselheira, acha ou supõe que existe, diz que esta com toda a equipe da Gestão presente na
117 reunião para fazer todos os esclarecimentos necessários. Diz que quer um espaço para esclarecer
118 ponto a ponto, que esta apresenta coordenadora geral a Simone, equipe da vigilância, equipe de
119 regulação, auditoria e de controle pra sanar todas as dúvidas, e diz que não quer que em uma
120 reunião extraordinária convocada sem as partes poder responder de forma correta as suas ações e
121 atribuições. Diz que a Conselheira não fala em nome de comissão, pois sempre usou “eu acho, eu
122 suponho”. Diz que se existe suposições é preciso esclarecer pontualmente, diz ainda que uma
123 extraordinária ao ser convocada deveria ter o mínimo de informações para quem esta sendo citado,
124 diz que não acompanhou o programa desde o inicio, diz no inicio era a Gabriela Boabaid que
125 coordenava pelo controle e avaliação, e diz que muitas coisas melhoraram e já foram arrumadas,
126 inclusive o por que que é feito a APAC, diz que a APAC é preenchida, porém não está no sistema





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

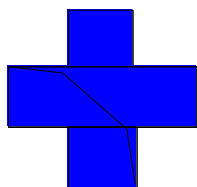
por que o ministério não abriu pra gestão inserir, diz que existe um processo de credenciamento e uma série de coisa. Diz que precisa de um espaço justo, que se a Conselheira não quiser que seja enviado por escrito então que a gestão tenha tempo de esclarecer as questões que a Conselheira colocou. A Conselheira solicita um espaço de fala para os técnicos presentes, esclarecerem cada ponto citado, pela Conselheira relatora. A Conselheira diz que o que a Cons Elda escreveu, não tem nada que puna a secretaria na prática de gestão, não tem nada ilícito. Diz que entendeu que a Conselheira quer saber se: tem a APAC, se o paciente foi se foi realizado o procedimento o que autoriza ou não a secretaria a pagar, diz que precisa ser esclarecido o objeto da convocação. **Cons. Elda:** Diz que acha que o Conselho nem tem atribuição de punir. **Cons. Fatima Ticianel:** diz que foi feito a convocação e na fala da conselheira Elda ela diz que, alguns pontos ela verificou que a partir de relatórios e da comissão que prontamente te elucidou com informações, diante disso a conselheira diz que quer saber quais são os pontos que estão todos na reunião pra esclarecer os pontos elencado, mas caso não seja disponibilizado então terá que ser enviado por escrito para a Gestão responde e fazer a defesa. Diz que ela não entrará ponto a ponto, que as APACs existem dos pacientes que foram atendidos e que é documental, diz que a Dra Dilza que é auditora tem o perfil de controle e avaliação, a Sonia Pio é a controladora, Selma coordenou o projeto, vigilância esteve presente, diz que não é ela que deve responder por que tem uma equipe, Rafael do SISREG, Jessé diz que estão todos à disposição e que não entendeu a forma da convocação da reunião, pede que os conselheiros que tiverem o material que façam perguntas pra que fique esclarecidos. **Cons. Elda:** diz que colocar para os conselheiros, colocar ponto por ponto não é o que ela esta levantando, que ela refere-se a um contrato de 50 milhões e que o controle não foi bem feito. **Cons Ana Boabaid,** pede questão de ordem nas falas e esclarece que regimentalmente cada conselheiro deve falar 3 minutos, seguindo as inscrições. **Cons. Fatima Ticial:** que fez uma proposta de dar fala aos técnicos para os esclarecimentos dos pontos levantados e solicita que seja considerado sua proposta, por que se não nem permanecerão na reunião, pois entende que não faria sentido. **Cons. Ana Boabaid:** chama a atenção para o regimento interno. **Cons. Simone casa civil:** Diz que é coordenadora do programa caravana e conselheira suplente da casa civil, disse que precisa esclarecer que na caraná não tem recurso do ministério, embora tenha sido realizada inúmeras tentativas de trazer, pede que esqueçam, DATASUS, prontuário médicos, que não tem acesso a documentos do paciente, diz que a PACS estão a disposição de todos, bem como todos os outros relatórios, diz que acha que aos conselheiros, formular quais são as nossas necessidades, pedir as informações, ter acessos concretos, diz que convidou o conselho para participar como conselho, inclusive, uma das clausulas do contrato diz que o conselho tem acesso livre as instalações de realização da caravana, diz que foi pessoalmente em 2017 convidar para participar, porém nunca participaram. Diz que o conselho precisa ser mais concreto e eficientes, eficazes e somos capazes de formular as necessidades, fazer os esclarecimentos, diz que não justifica. Diz que não justifica Brasília, por incidente ocorrido lá, fazer uma suspensão de pagamento e uma consolidação que já é um processo encerrado, onde é um recurso que não é do ministério da Saúde, que aqui são outras fontes, é recurso do Estado, onde todos estão satisfeitos com o que foi feito, diz que existem APACS paciente por pacientes, diz que é possível identificar e que acha que é possível fazer isso com mais segurança. A Conselheira diz ainda que aleatoriamente, com “eu suponho, pré suponho, eu acho, penso”, diz que não são palavras para expor um Conselho de Saúde desse nível, diz que é





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

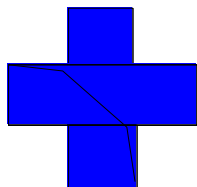
169 preciso elevar e chegar a uma conclusão mais sólidos e relatórios mais sólidos, para que o Conselho
170 tenha isso registrado e arquivado, pra que caso a gestão venha a ser questionado futuramente tenha
171 como se reportar, com segurança e documentalmente, das suas ações e atitudes. **Cons. Tânia**
172 **SINTEP:** Diz que, o relatório apresentado está como comissão, que teve o objetivo de realizar a
173 análises das contas da saúde, então diz que entende que não trata-se de uma pessoa. A conselheira
174 diz que não tem como ouvir cada um dos presentes e que precisa de relatórios e que a condição de
175 conselho precisa de relatório e que o Conselho Pleno reprovou a caravana, diz que essa é uma
176 questão, diz que mesmo a caravana sendo reprovada, houve uma opção governamental, que não
177 cabe ao Conselho, de ter escolhido manter a caravana, diz que então nessa condição de que a
178 caravana escolheu de manutenção do serviço, ela tem que prestar conta desse serviço, por que o
179 dinheiro não é nem do Governo nem do Conselho, mas do povo e que todos estão trabalhando,
180 tanto quem esta no Governo quanto quem está fiscalizando, todos são trabalhadores do Estado, e
181 que com muita tranquilidade diz que o que todos querem é, dizer que foi muito pertinente o que foi
182 apresentado, que é esse o papel da Comissão e o papel do Governo é prestar essa conta que não está
183 esclarecida. Diz ainda que se irá aceitar ou não a prestação de contas, já é outra etapa, diz que ficou
184 claro também que no momento da reunião não tem condições de decidir nada em relação a isso. Diz
185 que, se foi atendido 500 pessoas, mil, quanto foi gasto, de que forma, diz que o que a Comissão
186 está dizendo que não tem essas respostas e que a gestão deve nos mostrar o que de fato tem, se foi
187 entregue ao Conselho, se tem essas informações onde estão. **Fátima Ticianel:** diz que a gestão
188 solicitou a pauta ao Conselho para esclarecer, por que segundo a Conselheira em uma reunião, diz
189 que o que aconteceu foi que foi pedido um espaço para esclarecer o programa, para prestação de
190 contas e não foi dado essa possibilidade. Diz que foi requisitado pela Comissão informações da
191 equipe técnica, diz que dentro da Comissão a equipe técnica apresentou as informações solicitadas,
192 porém, diz que a Gestão não recebeu o resultado da Comissão, que portanto não houve o espaço
193 para esclarecimento dentro da comissão, diz que o que chamou a sua atenção foi o por que chamou
194 a reunião Extraordinária se ainda não é um posição conclusiva no relatório. Diz que o relatório está
195 com suposições, diz que se essa Reunião é para esclarecimento, a secretaria esta presente com toda
196 a equipe envolvida para o fazer a todos os conselheiros, diz que saíram do horário de trabalho para
197 estar presente, por que diz que o Conselho pra Gestão é uma prioridade, diz que a Conselheira Ana
198 inclusive tem chamado a atenção quanto a isso, que a Gestão não estava dando tanta importância
199 para o CES. A Conselheira diz que solicitou três pautas por conta das acusações recebidas dentro do
200 Pleno, de que a caravana era uma bagunça etc. e então pensou que o mais correto seria realizar uma
201 reunião para esclarecer. A Conselheira diz que houve uma mudança de percurso, diz que a
202 Conselheira chamou para uma reunião e nos fomos se os esclarecimentos, e se entenderam que não
203 foram suficientes, queremos arguir mais, Porém quer ter o direito de colocar mais informações. Diz
204 que quando a Comissão fala que não tem APAC, não é que não é verdade, é que não iria entrar
205 no DATASUS, por que a SES não tem teto pra isso, diz que a APAC é um papel. **Cons Fátima**
206 **CRM:** Diz na reunião da comissão, não foi questionado especificamente os dados da secretária, mas
207 sim com os dados que a Caravana forneceu para a Secretaria, por observou-se os números de
208 procedimentos aprovados, 144.768 procedimentos aprovados, diz que é um numero muito grande
209 que até epidemiologicamente falando é difícil entender, implante ocular dobrável 15 mil, diz que
210 numa lista do SISREG em que tinha esses procedimentos na lista de judicialização, 396





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

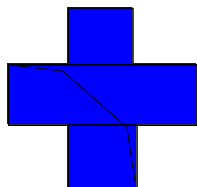
211 procedimentos, diz que concorda que o esclarecimento é válido, mas justifica o não entendimento,
212 por que o Conselho recebe denúncias que até não leva adiante por que não tem como investigar, de
213 pacientes ouvidos em segunda opinião que tinham indicação de procedimentos dentro da caravana e
214 que vai no oftalmologista e contra indica o procedimento, então diz que o que esta sendo
215 questionado é o controle que foi permitido pela caravana, diz que não esta sendo questionado lá
216 atrás, mas que esta pensando pra frente por que é dinheiro público indo para uma entidade privada.
217 A Comissão está questionando a forma que as informações foram geradas e o controle deles. Cons.
218 **Ana Boabid:** coloca em votação a autorização da área técnica manifestar-se para esclarecimentos,
219 onde irão responder aos questionamentos elencados no relatório apresentado pela relatora. Cons.
220 **Elda:** Diz que a Comissão recomenda que por ora a SES não efetue o pagamento até que se
221 esclareça os esclarecimentos, que quer sim que seja esclarecido ao Conselho, por isso fez a
222 recomendação. Cons. Ana: em regime de votação: que a área técnica tenha fala para esclarecimento,
223 de acordo com os apontamentos do relatório apresentado. 5 votos contrário, 6 votos favoráveis.
224 **Sonia Pio:** cumprimenta a todos, diz que respeita muito o trabalho do conselho e diz que quer
225 apontar, que não recebeu visita de uma comissão e sim da Elda sozinha, diz que a Conselheira
226 simplificou muito o trabalho da avaliação, diz que o trabalho do controle e avaliação, fez durante
227 todas as etapas da caravana no modo como foi colocado no relatório, diz que é muito mais do que o
228 relatado e que assinar sozinho os relatórios a equipe sempre soube que é um problema, porém diz
229 que não pessoas suficientes para ficar 15, 20 dias fora de casa acompanhando um serviço das cinco
230 da manhã até a hora que ele termina. Então diz a técnica Sonia a comissão fez um encaminhamento,
231 que aponta um vazio de informação que ficou, e sugere que esse relatório volte para a Secretaria,
232 para as áreas técnicas para esclarecer os pontos vazios. Diz que não tem no relatório
233 metodologicamente como foi feito a avaliação e controle, diz que isso precisa estar claro, diz que
234 esteve sim sozinha, fazendo os trabalhos, mas não pode falar isso que o importante é escrever tudo
235 que é feito lá, por que diz que isso é esclarecedor inclusive para a secretaria que não acompanhou.
236 Diz que acha que todo serviço que a pessoa não acredita nele, não se dispõe também a ir ver como
237 é, diz que enquanto não conhecia o serviço da caravana, também não concordava e falou mau,
238 inclusive sobre a qualidade, porém hoje, como alguém que visita os serviços fixos, pode dizer que
239 ele é tão e bom e com qualidade quanto qualquer outro serviço oferecido em unidade fixa. Diz que
240 nisso, trabalhou junto com a vigilância. Diz que houve alguns problemas sim, quando não
241 conseguiu inserir as etapas no SISREG, diz que o SISREG não é tão ágil nos relatórios que
242 fornece, que é simplesmente de autorização. Diz que pra autorizar utilizou os médicos reguladores,
243 para as cirurgias que eram necessários ser autorizados para ser realizados, em relação às empresas
244 diz que acompanhava também, que acompanhava a fila de pacientes que lá ficavam aguardando,
245 diz que os pacientes estavam lá pra ser atendido, não se sabe de onde vieram mas estavam lá, diante
246 disso diz que tem algumas informações, que precisam ser melhor incrementadas, buscadas, diz que
247 fica numa situação constrangedora, por estar sendo acusada de ter pago algo que não aconteceu, diz
248 que isso é ruim, que os documentos precisam ser melhor redigido, com mais informações, não
249 porque quero que fique melhor pra mim, mas que fique de forma mais clara, diz ainda que se o
250 relatório é preventivo que não se faça uma pauta acusativa, por que os pacientes estavam lá, Simone
251 viu, Selma viu, vigilância viu, estavam os pacientes pra ser atendidos. Em relação aos pagamentos
252 diz que aquilo que fez pagava e o que não fazia mandava tirar. Pede que o relatório retorne à área





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

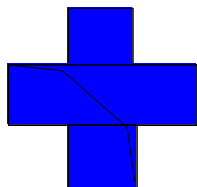
253 técnica para que esclarece os pontos ou dê mais informações, referente as foram feitas verbalmente e
254 escritas, e algumas partes até distorcidas que diz ter visto no relatório. Diz que como técnica e
255 servidora que esteve lá e que preza pela democratização das informações, pela transparência,
256 solicita que antes de finalizar a discussão e encaminhamento do Conselho e que o pleno nos dê a
257 oportunidade de descrever melhor como foi todo o processo, na caravana. **Selma Aparecida SES:**
258 Diz que esteve nos últimos dois anos à frente da caravana, num trabalho árduo, diz que comentou
259 com a Conselheira que pensava que os conselheiros deveriam estar presente fisicamente, por que
260 falar agora do que já aconteceu é muito difícil. Diz que fez uma apresentação para os conselheiros e
261 muitos não questionaram o fato de ser caminhão, diz que é difícil imaginar sem ver a estrutura,
262 ressalta que não trata-se de um caminhão qualquer, mesmo por que, estiveram no local a equipe da
263 vigilância extremamente rígida, que inclusive a equipe chegou a ser notificado, em uma ocasião,
264 em relação ao SAMU quando tínhamos que arrumar no dia a dia e eles notificavam, diz que todos
265 os dias a equipe da vigilância, verificavam desde o início até o fim dos trabalhos, no que refere a
266 água, resíduo diz que a estrutura foi de primeiro mundo. Diz que o relatório ficou muito amplo, do
267 que realmente foi falado, a questão das APACs, pessoalmente informou a conselheira que encontra-
268 se no setor à disposição para qualquer consulta, diz que apenas a etapa Cuiabá foi disponibilizado
269 para a empresa, por que conforme a portaria ministerial as APACs física é do prestador de serviço,
270 a documentação do serviço é do grupo de prestador, diz que isso esta regulamentado na portaria do
271 ministério, mas diz que ainda está com algumas APACs, que estão sendo organizados para devolver
272 ao prestador de serviço, porém diz que tem essas informações eletrônicas e foi apresentado a
273 conselheira, que viu algumas APACs e que ela teve com eles em mãos, viu como eram feitos as
274 autorizações identificou os médicos reguladores, diz que outro esclarecimento feito é que tiveram
275 apoio dos escritórios regionais, diz que então era Somente a Sônia Pio, que esteve in loco, junto
276 dela os Escritórios também estiveram, com suas equipes, equipe da regulação de Sinop estiveram
277 juntos, equipe da vigilância dos municípios, diz que o dia a dia nos municípios foram muito bem
278 planejados tecnicamente, por que a preocupação principal da equipe era com os pacientes, diz que
279 até a forma de se tocar nas pessoas, a forma de tratar o idoso que pode machucar com facilidade,
280 todo esse cuidado houve pra orientar a empresa em cada especificidade do paciente. Diz que
281 receberam uma certificação do ONA, o aprendizado que houve no dia a dia foi muito válido. Diz
282 que embora tenha sido uma empresa privada atendeu com tabela SUS e foi o melhor atendimento.
283 A técnica solicita que o que faltou de esclarecimento seja colocado no papel, por que a instituição
284 Estado, fala através de papel. **Juliana Almeida Silva Fernandes:** Diz que é servidora da SES a 15
285 anos e desde março de 2016 responsável pela coordenação de vigilância Sanitária, diz que pra
286 equipe da vigilância foi um desafio, diz que enquanto militante do SUS, também não acreditava que
287 não é por nesse tipo de prestação de serviço, que o problema e a fila do SUS vai ser resolvido, mas
288 que enquanto Vigilância Sanitária, independente da responsabilidade, de quem estivesse
289 promovendo, fosse ela do Governador, fosse ela do Secretário, fosse ela de uma empresa privada ou
290 fosse de uma organização social, de que quem que fosse a responsabilidade da promoção, diz
291 que enquanto vigilância sanitária a equipe teria a missão de estar presente, diz que isso é algo que
292 precisa ficar muito claro para os conselheiros. Diz que participaram enquanto Vigilância sanitária
293 desde a avaliação técnica da documentação sanitária apresentada por todas as empresas que
294 participaram do processo de credenciamento, diz que inclusive outras empresas participaram e





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

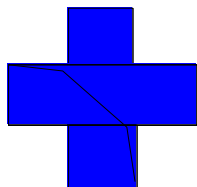
foram desabilitadas ainda no credenciamento, por falta de documentação relacionada a questão sanitária. Diz que também atuou no decorrer de todas as etapas, que havia uma equipe, que trabalhava não só no monitoramento do serviço prestado, mas também no monitoramento de serviço de massa, por que a caravana mobilizava uma quantidade muito grande de pessoa, dentro de municípios muito pequenos e com infraestrutura muito precária, diz que trabalhava nesses dois aspectos, que tinha uma equipe que ficava dentro do chamado circuito que é onde acontecia as consultas, exames e os procedimentos cirúrgicos e a outra equipe trabalhavam em parcerias com os escritórios regionais, com as vigilâncias dos escritórios e dos municípios, atuando nessa parte de controle de evento em massa, vistoriando, dormitórios, alojamentos onde as pessoas ficavam, fazendo controle de qualidade da água, tanto da água potável quanto da água purificada do centro cirúrgico, controle da alimentação que era comercializada no local. Diz que enquanto vigilância sanitária, tiveram grades enfrentamentos, diz que não foi tudo lindo, enfrentamento com a empresa privada, com a secretaria municipais de saúde e enfrentamento dentro da própria secretaria estadual de saúde. Diz ainda que, a equipe aprendeu muito, ensinou muito e que foi uma oportunidade de capacitar as vigilâncias sanitárias municipais, para atuar no controle de evento de massa, e tem isso como uma oportunidade, por que estavam lá fazendo juntos. Diz que foi além de APAC, de DENASUS, diz que para vigilância sanitária foi um crescimento, diz que a sua última frase, que citou a questão da DF, em Brasília numa reunião da ANVISA, diz que esteve junto com o coordenador da vigilância Sanitária onde estava sendo discutido a questão da caravana, do ponto de vista da sanitária, e o coordenador disse “olha Juliana, eu quero parabenizar vocês pela atitude que vocês tiveram de enfrentar e fazer o monitoramento da caravana como tem que ser feito, por que aqui no DF, pecamos exatamente aí, foi causado um grande problema, por a vigilância sanitária, ter se recusado a fazer o monitoramento na caravana”. Diz que o próprio Edmilson coordenador da vigilância sanitária do DF, teve essa fala com ela na ANVISA. **Rafael Freitas Batista:** Diz que trabalha com SISREG. Diz que a opção por não fazer a regulação pelo SISREG é que o aplicativo é um aplicativo amarrado do ministério da saúde, não trabalha bem com essas questões de mobilidade, de vaga zero então ela é complicado pra se adaptar essas particularidade da ações. Onde a captações foram feitas colocando esses anúncios onde se tem uma procura e abertura maior desses pacientes, diz que tem um fenômeno curioso, quando se olha na fila do SUS que quando um conjunto de procedimento fica retido por muito tempo e a pessoa começa a perceber que aquilo demora a sair, então vendo a oportunidade, e diz que é por isso que se tem um conjunto de fila no SISREG pequena e tem uma procura muito grande, então diz que muda a metodologia de captação, você começa a cuidar que ele vai fazer aquele procedimento e que vem ser avaliado. Diz que em relação aqueles que já foram atendidos, recebem da coordenação, a relação desses paciente, com cartão SUS, nome e procedimentos realizados, depois é procurado no SISREG esses pacientes e é feito a retirada deles da fila, e em alguns casos não podem retirar por que são atendidos na caravana, porém em alguns casos, precisa da continuidade no tratamento, por isso é preciso fazer a avaliação de cada caso. **Vagner Simplicio:** diz que é servidor de carreira e estava responsável pela caravana dentro da Secretaria de Estado de Saúde. Diz era uma ação macro de Governo, mas que dentro da SES, ele havia ficado responsável. Vagner disse que, como servidor de carreira, do ponto de vista técnico, olhou no início com olhos questionador, pela questão de que sempre, fez aquilo que se chama de campanhismo e foi pra dentro da caravana, fazer a primeira reunião com área





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

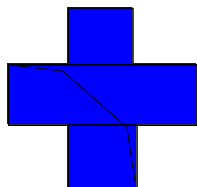
técnica, com todos os envolvidos, discutindo e cada um expondo sua opiniões de complexidades, na regulação, vigilância, TI, planejamento orçamentário e assim por diante, diz que então foi vivencia a caravana, O Conselheiro diz que a caravana da o seguinte exemplo: que não existe empresa privada boazinha, o eu existe é empresa privada com contratos bem feitos olhando para o interesse Público e fazendo com que ela seja regulada, fiscalizada, acompanhada e exigido um padrão técnico. Diz que foi isso que cada um dos setores da secretaria, fez com competência, fez controle e avaliação, regulação , vigilância e assim por diante. diz que foi possível estabelecer um padrão de qualidade, num processo de orientação e de fiscalização da empresa, para dar oportunidade e oferecer um serviço, que teve do ponto de isto, do chamado é atos que ele diz que espera que , considerando que em qualquer cirurgia tem a possibilidade o correr eventos, diz que esses eventos que espera que não ocorra mas que, é possível ocorrer que são eventos adversos, seja de uma taxa menor do que qualquer procedimento cirúrgico em se estabeleça um de um ponto de vista na literatura, diz que o padrão de qualidade do atendimento às pessoas que ali estavam, a maioria pessoas idosa, diz que o pessoal foram muito bem treinados para que o acolhimento fosse adequado e revertisse em satisfação. Diz que o impacto que teve a caravana do ponto de vista de realizar mais de 50 mil cirurgias de cataratas, sendo 66 mil de cirurgias gerais, diz que é uma questão monstruosa, de estatística dentro do Estado de Mato grosso. Diz também que atendeu cerca de trezentos e cinquenta mil pessoas, isso significa mais de 10% da população de Mato Grosso, questiona ainda sobre quais adversos de massas tiveram, quais adversos de procedimento cirúrgicos suficiente para mobilizar um hospital e assim por diante. Diz que as carretas que ali estavam contavam com uma estrutura significativa, sendo que elas foram rigorosamente fiscalizadas, diz que inclusive quer cobrar das pessoas que estiveram enquanto coordenadorias, superintendências, que descrevesse a sua experiência, que foi extremamente exitosa, não o fato de ver pessoas chorando por que conseguiu ver novamente, famílias abraçadas com seus idosos, pessoas sorrindo após a cirurgia, diz que isso não é questão de propaganda, mas a realidade contagiante, diz que convidou pessoas que não conhecia pra conhecer, por que diz que é uma experiência extremamente importante, do ponto de vista do impacto da sociedade. Diz que resgatar mais de 50 mil pessoas, dando a oportunidade de ver novamente, alguns de enxergar após anos, diz que é imensurável o impacto do ponto de vista social. Também dia que a secretaria deixou durante muitos anos de fazer políticas de saúde nas suas diversas áreas, diz que essa experiência , surgiu por que a SES não tinha Política de oftalmologia na saúde colocada, e que agora ficou claro que é necessário elaborar uma política de saúde de forma permanente. **Com. Tania SINTEP:** justifica que votou contrário aos esclarecimentos, por que não é favorável a boatos, mas favorável a fatos, diz que é preciso concretizar tudo o que a equipe técnica esta falando. Diz que não duvida das apresentações. Diz ainda que respeita muito os trabalhadores da saúde, diz que respeita e defende a saúde pública e que não tem por que ficar nessa queda de braço, por que todos tem o mesmo objetivo. Diz que ainda tem duvidas quanto a quantidade de cidades, por que foi dito 14 cidades Diz que não tem contrariedade com o que foi feito, Porém diz que o Conselho reprovou a caravana, ou seja reprovou o serviço da caravana, questiona que se o serviço da caravana estava reprovado, não havia motivo pra o conselheiro visitar a caravana, tinha apenas que ter analisado que o serviço estava acontecendo, e como Conselheiro teria que ir fiscalizar, e diz que isso não foi feito. Diz que o sistema governamental, mesmo a caravana não ter sido aprovada, “peitou” isso, diz que não tem





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

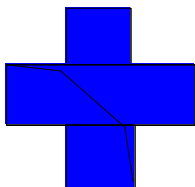
379 outra forma de dizer, diz que a gestão optou, conforme o Conselheiro disse que é uma questão
380 característica de campanha. Diz que a gestão assumiu e contrario ao Conselho Estadual de Saúde,
381 criou essa situação, onde CES ficou de um lado e os servidores de outro, como cumpridores dos
382 serviços. Diz que defende o serviço SUS, diz que dentro da caravana era uma empresa privada e de
383 novo, o CES se depara com o problema da aceitação, por que o Conselho não aceita isso. Diz que
384 quando se questiona 50 mil cirurgias, diz que não esta questionando a quantidade propriamente dita,
385 mas diz a Conselheira que como não conhecem a carreta, precisa ver no papel, pra saber se de fato
386 aconteceu ou não. A Conselheira dia, por esse motivo, disse que não era favorável que a área
387 justificasse tal situação. Diz que a Comissão, e faz a defesa da Conselheira Elda que foi apenas a
388 relatora do trabalho, diz que a Comissão fez o papel de fiscalizar, assim como demais Conselheiros
389 tem também essa função e precisam acordar para algumas coisas, reforçar os trabalhos pra chegar a
390 um entendimento. Reforça que o conselho Estadual de Saúde, foi terminantemente, contrário à
391 Caravana e isso que fez com que chegasse a essa situação e agora é preciso prosseguir, indaga, o
392 CES irá fiscalizar isso, essa ação já reprovada? **Cons. Edna Marlene:** Diz que quando o CES
393 reprovou essa proposta de Caravana no Conselho, foi porque, não atendia os princípios do SUS,
394 diz que sempre estão juntos do Planejamento Estratégico, e quando se fecha o RAG, observa-se ,
395 que nunca cumpre as metas, um dos motivos de frequentemente serem reprovados pelo CES. A
396 Conselheira diz, que quando avaliou os materiais enviados pela equipe da Selma, houve muita
397 dificuldade pelos Conselheiros em entender, quando se viu que fiscal e superintendente eram
398 responsáveis por uma proposta que com grande responsabilidade, teve a preocupação com o
399 SISREG, que durante a reunião foi confirmado que não tem condições de forma consistente de
400 trabalhar os dados, então observa-se já um problema. Inclusive, acontece na nossa ouvidoria, que o
401 sistema OUVIDOR SUS é melhor que do ministério, então é grave e é algo que ocorre com o
402 SISREG também. Diz eu a Vigilância da SES, confirma que não emitiu alvará à empresa que
403 prestou o serviço na caravana, diz que também foi questionada a auditoria geral do SUS, que
404 também não emitiu um relatório de acompanhamento. Diz que é do conhecimento de todos as
405 dificuldades enfrentada pela AGESUS, sem servidores. Diz que o motivo da Reunião Extraordinária
406 se prende ao fato de, que trata-se de recurso público do Estado; documento dos pacientes nas mão
407 da empresas privada; entre outros. Faz um encaminhamento de: Que a Comissão formule todas os
408 questionamentos, dúvidas para a Gestão, de forma comprobatória com documentos, e que a Gestão
409 não execute o pagamento endente à empresa 20/20, até que seja discutido e avaliado pelo CES, que
410 após as averiguações a pauta possa retornar ao Pleno. **Cons. Simone:** Diz que gostaria de agregar à
411 fala do Cons. Wagner, e a todos outros Cons. presentes, da questão do convite, da ausência, de
412 reforçar, diz que o Ministério Público esteve presente, tribunal de justiça, o CRM, inclusive o CRM
413 emitiu um Ofício que atuou enquanto vigilância sanitária, dizendo que deveria ser retirada três ilhas
414 da carreta, transformando em duas com barreiras fixas, fez um relatório, juntamente com
415 vigilância, diz que vale lembrar que foi trabalhado com todos os fiscais, órgão, entidades e que
416 apenas o Conselho se ausentou, diz que tentou buscar o CES, estar juntos, diz que lembra da
417 primeira reunião que houve uma briga com o presidente do SISMA, que quis encerrar a pauta de
418 imediato, não querendo saber de onde vinha nem de onde viria o dinheiro, como iria ser faturado e
419 pede os **Conselheiros olhem e leiam a Portaria 3037 de 14 de novembro 2017**, diz que ninguém
420 trabalha a toa, que ninguém sai da sua casa deixando sua família, pra brincar de casinha a 1200km





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

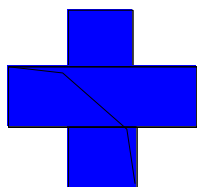
da sua casa, diz foram para efetivar o SUS, de forma humanizada, detalhada com qualidade e tecnologia, fazendo toda a atenção que preconiza, cirurgia, pós operatório de 24 horas, 7 dias, 30 dias, com unidade fiam com 0800, diz que acompanha tudo de forma concomitante, a SES, a ouvidoria o fale cidadão, diz que todos estão à disposição e que foram devidamente fiscalizados, por todos, inclusive pelo CRM a Conselheira Fátima, desde as primeiras edições, fazendo todas as adaptações pegando ideias pra que as ações tivessem 100% de sucesso, diz que o único ausente foi o CES, lembrando que, foram questionados em março de 2016, da questão financeira que vinha do gabinete, por que não era do fundo por que não havia recurso pra se fazer isso, e por esse questionamento, não foi aceito a pauta, foi votado aleatoriamente, diz que deve ser buscado a historia, buscar uma forma de se resolver, diz que o resultado disso, é a portaria 3037 de 2017, diz que esse é o trabalho da Gestão, o SUS. Cons. Fatima CRM: Esclarece que quando o CRM, faz a fiscalização trata-se da segurança do paciente, quanto à procedimento, diz que não entra em questionamentos políticos, planejamento, ressalta que apenas trata da segurança do paciente por isso foi feito e indicado algumas alterações, que o CRM fez estudos, pra se criar normativas, que até então não havia normativa estabelecida para a caravana, e o CRM teve que realizar esse trabalho, com o objetivo apenas de tornar os procedimentos ais seguros aos pacientes, por que é o papel da instituição que se não o fizesse também poderia até responder posteriormente. Diz que tem questionamentos, em relação à indicação, pergunta quem indicava os procedimentos? Diz que a preocupação se baseia no conflito de interesse que está claro, por que se alguém indica um procedimento, onde ele terá interesse econômico, em ter mais procedimentos, então poderia estar havendo um problema nas indicações, diz que observou que havia falta de recursos humanos para realizar o controle no local, questiona então, como se realizava o controle então? Em relação as APACs, diz que se tinha devolver as APACs aos prestadores de serviços, como a SES fica em relação aos dados da APAC, como foram coletados pra ser possível depois, olhar os consolidados e ver a idade exata dos paciente, cruzar os dados por procedimentos realizados. Diz que as perguntas se prendem muito na questão da fiscalização e acompanhamento, diz que todas as falas são em defesa do SUS, e que o Conselho também faz essa defesa, porém há esses questionamentos, em relação ao que foi apresentado. **Cons. Mario Lúcio:** diz que declara favorável à fala da área técnica, e que precisar ser feito esclarecimentos, também diz que não se deve discutir o por que o CES não foi nas caravanas, por que trata de uma ação desaprovado do Pleno, ou seja, diz que ele mesmo se sentiria até constrangido em ir a uma ação passando por cima do próprio Conselho, reforça que eticamente é impossível, diz que é preciso sentar e ver o que fazer daqui adiante Diz que precisa muito ser esclarecido a questão financeira, por que não da pra ser entende a falta de recursos, pra determinado setor e a presença de recursos aos valores de uma caravana que contrata empresas particulares pra ir à 14 municípios. Diz que não cabe isso, que tem a imprensa o tempo todo batendo em cima do sistema, que falta de recursos pra saúde, para o centro de reabilitação, regulação, cirurgias, diz que não tem a fila é enorme, e de repente aparece uma caravana, que leva e paga diárias para infinitos técnicos irem nos municípios, pra 14, 18 pólos, carreta de empresas privadas e diz que a Santa casa, Santa Helena mendigando recursos financeiros, diz que mesmo sendo filantrópicos, sabe-se que está dentro do sistema, o Conselheiro diz que isso precisa ser clareado até mesmo pra ele que é conselheiro, pra que tomando conhecimento possa justificar seus pares, coo isso acontece, qual o milagre, diz que ele precisa saber o que dizer para a associação que





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

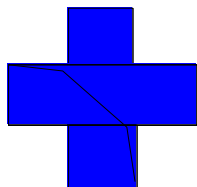
463 representa, por que estão sem aparelhos, sem cadeiras de roda, diz que o centro de reabilitação foi
464 inaugurado porém, parcialmente, e diz que é de conhecimento público que parte das verbas são
465 privadas, por que a secretaria diz não ter recurso para aquela obra. O Conselheiro diz que como
466 sugestão, pede que lutem para que ela volte a ser Fundação novamente, diz que em conversa com
467 um deputado, o mesmo disse que houve muita fraude, e na oportunidade o Conselheiro disse ao
468 deputado que houve por que ele não fiscalizou, por que a assembleia levou dinheiro diz que são
469 essas respostas que precisam levar para seus pares. Diz que o Conselho é sim competente para
470 fiscalizar a fundação, que pode ter um diretor mas também pode ter um colegiado para fazer
471 fiscalização. Disse que questionou o deputado, por que a assembleia também é pra fiscalizar, e o
472 que estão fazendo? Diz que tem muitos políticos “porcaria” contra os pares, que não é contra os
473 pares, diz que é funcionário a 28 anos e ama a Secretaria de Estado de Saúde e ama o que faz, diz
474 que representa uma categoria, que é manco e só deixará de ser quando morrer. Encerra dizendo que
475 gostaria muito de entender onde está o milagre, para se ter tanto recurso financeiro para a caravana
476 e agradece. **Cons. Luceni:** A Cons. Luceni diz que deseja fazer esclarecimento em relação as ações
477 programáticas, diz que foi muito citado a questão da programação dessa ação no plano de trabalho,
478 diz que é preciso explicar que a Gestão respeitou o Conselho, diz que conforme a Cons. Ana
479 mesma diz o Pleno reprovou a caravana, porém aprovou a Política de oftalmologia, diz que ao
480 executar a política de oftalmologia, alguns serviços que foram realizados fazem parte. A cons. Diz
481 que há um histórico em relação a algumas falas, que cabe esclarecer, diz que a caravana da
482 transformação não é um programa da saúde, mas do Governo do Estado, então diz que não foi
483 colocado no planejamento o termo “caravana” e sim um serviço de saúde que utilizaria desse meio.
484 Diz que quando o Conselho entendeu que não era apenas isso e que haveria mais coisas na ação a
485 Gestão retirou, e manteve na programação, serviços de oftalmologias, entendendo que, uma vez
486 aprovada a política gestão estaria coerente na programação quando destinou a previsão
487 orçamentária para serviços de oftalmologias, diz que é uma ação que aparece nos relatórios, por que
488 os RAGs são liberados no sistemas para o Conselheiro e aparece todo recurso orçamentário
489 executado ao longo do ano. Diz que a ação de 2015 pra ser executada e 2016, retirou por que o
490 Conselho entendeu que deveria ser retirada, e foi trabalhada a questão dos serviços de
491 oftalmologias, a partir do entendimento que ele teria coerência com a política aprovada Diz que isso
492 está na programação orçamentária, que depois entrou 2016, 17, 18, diz que 16 que estava com esse
493 equívoco. A conselheira diz que em relação aos relatórios de avaliação governamental, que vai para
494 o sistema SARGUS o objetivo dele é acompanhar gastos com recursos Federais, e diz que é feito
495 uma análise, que logicamente os recursos federais, estão em primeiro plano e depois em segundo
496 todo recurso do Estado, gasto com a saúde, consequentemente que o gasto com a saúde, na
497 execução destes gastos irão aparecer no programa. A conselheira ressalta que de 2015 pra cá, os
498 RAGs de 1015 que disponibiliza em 2016, de 16 que disponibiliza em 17 e 17 que disponibiliza em
499 18, foram disponibilizados com análises, tanto análises básicas que é pra atender o que pede o
500 sistema e uma análise complementar e diz que o RAG de 16 (referente 15) e 17 que divulgou o ano
501 de 16, estão aguardando, os critério feito pelo Conselho pra ter reprovado o RAG, e 17 que
502 disponibilizou em 18 que também fala do Orçamento Geral da SES, diz que estão aguardando o
503 CES, acessar o sistema que foi disponibilizado em 30 de março e estão aguardando a análise do
504 Conselho, e diz que como a cons. Edna disse que trabalham juntos, com a comissão de





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

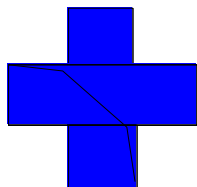
505 Planejamento, diz que nesse novo grupo ela compõe a comissão como Conselheira representante da
506 SES, e diz que já está solicitando e conversando com comissão para fazer agendas regulares, para
507 discutir os RAGs que foram disponibilizados em 30 de março de 2018, o qual consta a execução
508 de todos esses recursos inclusive dos serviços de oftalmologia. **Cons. Ana Boabaid:** Passa a
509 presidência, para Cons Luceni, para fazer fala no debate se apresenta, como Cons. Ana Boabaid,
510 representante do núcleo de estudos e pesquisa da mulher NEOM, diz que tem 62 anos e a muitos
511 vem lutando pelo SUS e quando ouve o cons. Mario falando do Dom Aquino Correa, diz que
512 passou por lá, se falar no Adauto, passou por lá, diz que passou pelos espaços todos, e quando fala
513 do oftalmológico, esta falando de política, que o Conselho aprovou política, lembra que o conselho
514 aprovou a aplaudiu de pé a política de oftalmologia, cardiologia e das práticas interativas
515 complementares. A Conselheira, refere – se a fala da conselheira Luceni, quando fala do que o
516 CES reprovou, dentro do planejamento, diz que não, diz que isso deve ser revisto. E relação a fala
517 do cons. Mario, onde ele diz que é o fim, ela diz que pegou uma frase de uma poesia, do Guimarães
518 Rosa que diz “ todo fim é exato, o que a gente tem que aprender é a cada instante, afirmar-se como
519 uma linhazinha, para conseguir passar no fundo da agulha, a cada instante”, diz que a reunião
520 extraordinária esta sendo impar, por que na reunião esta se vendo a Gestão mais que presente, diz
521 que quando a Gestão cobra do Conselho, também tem que se cobrar, lembrar que não se fez
522 capacitação de conselheiro nem com um TAC, diz que o Governo Taques começou com esse
523 TAC, de capacitação de conselheiro, que é uma ação que deve ser permanente, diz que os entram no
524 Conselho, sabendo de todos os riscos de errar “voluntariamente”. Diz que o ir e vir, a grande
525 maioria das instituições que ocupam o CES, não tem como bancar (despesas) e saem do bolso dos
526 bolso do conselheiro. Diz que quando vê conselheiro criticar o conselho de saúde, sendo da
527 Gestão, diz que tem que olhar sua agulha e ver se sua linha vai passar, diz que precisar rever, e
528 lembrar que a gestão também é do Conselho, que cada assento do PLENO, democraticamente são
529 o povo, que precisa se juntar e responder, que quando o conselho traz uma pauta como essa, a
530 gestão precisa ver se não está corrompendo o povo é benefício pra mim, diz que é a oportunidade
531 de alinhar linha pra passar no buraco dessa agulha, a conselheira diz, como diz Guimarães Rosa:
532 “toda agulha tem um fundo” e nós precisamos nos alinhar para defender o povo e diz que o
533 Conselho é o órgão superior da saúde, responsável pela proteção do SUS, que a conselheira diz ter
534 aprendido na aldeia dos índios, “o SUS é o guardião de vida” e diz que todos somos usuário dele,
535 diz que todos devem cuidar dele Diz que a caravana não é o ideal, que qualquer sanitarista sabe e
536 seria muito erro o Conselho ter aprovado, como seria muito erro o CES estar dentro da caravana,
537 por que no que a caravana passa não deixa nada. Diz que o que deixou, era de direito do cidadão,
538 que era uma demanda reprimida, se o cidadão passa por lá e sai sorrindo, diz, a conselheira que se
539 ele estivesse no SUS, sendo contemplado ele nem precisava sorrir, estaria apenas na rotina de seu
540 direito de cidadão. **Cons. Fátima Ticianel:** agradece pela oportunidade dada a área técnica para os
541 esclarecimentos, diz que também é militante do SUS, desde muito cedo, e que tem muito orgulho
542 da sua prática nessa militância, e diz que quer dizer que, as vezes exerce a função de gestor e
543 trabalhador, mas isso não a faz diferente, em situação bastante dificuldade que o SUS esta
544 passando ao longo desses 30 anos. Diz que no Estado de Mato Grosso, possui 13 milhões de recurso
545 federal que é do “MAC”, diz que tem um dos menores MACs, do Brasil, por que o governo federal
546 desfinanciou a Saúde, diz que não tem compromisso com a política portanto não tem recurso, não





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

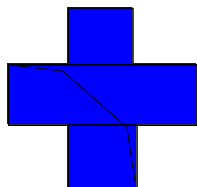
547 tem recurso para oftalmologia, nem recurso novo para , diz que tem é para políticas que são
548 necessárias. Diz que precisa dizer dois pontos que considera importante: 01 – A demanda reprimida,
549 que diz que esta no Brasil inteiro, diz que o governo tentou repassar um dinheiro agora pra reduzir
550 fila de cirurgias eletivas, onde as cinco principais especialidades são: oftalmo, vascular, ortopedia,
551 otorrino e ginecologia. Diz que para tristeza de todos, a mulher não tem acesso como deveria. Diz
552 que então considera que até ai está todo mundo junto e que é preciso rever como trabalhar uma
553 situação de pouco recurso. Diz que se tem 13 milhões de MAC, diz que não considera o ideal
554 caravana, mutirão, diz que não considera, mas que ele é necessário no atual momento, diz que o
555 Brasil inteiro está fazendo isso, no câncer. Diz que o Piauí recentemente, teve que fazer uma
556 manifestação em relação à cirurgia cardíaca infantil, não tinha serviço público, implantou u serviço
557 e diz que estão trabalhando pra resolver um problema que é bem agudo no sistema. Diz que aqui já
558 fizeram mutirão quando o Serra era ministro que Diz que tiveram que fazer cirurgias eletivas de
559 vascular além de outras coisas, diz eu isso se repete no SUS, por uma série de problemas, diz que
560 não tem suficiência no setor publico, que depende do setor filantrópico e do privado e o
561 filantrópico e o privado não querem a tabela SUS, diz que viu todo o relatório, que quando se fala
562 que tem a política de cardiologia e oftalmologia, diz que foi buscar o que o que o Conselho
563 aprovou, diz que solicitou por escrito, qual que era a política, ele tem uma proposta de
564 credenciamento de serviço, não é uma política, mas diz que quer se aproximar inclusive pra ver
565 junto do Conselho por que diz que ainda não teve acesso a essa política. Diz que no seu
566 conhecimento é discutir desde o nível primário, secundário, terciário é enfrentamento de infarto, é
567 enfrentamento do que diz respeito a atenção básica, diz que infelizmente ao longo do tempo o
568 sistema se tornou hospitalocentrico, e a relação público/privado aqui no Mato Grosso, ainda é
569 muito desigual, diz que em alguns momentos precisará fazer campanhas sim. Diz que acha que
570 talvez o Conselho tenha que estudar junto da Gestão uma saída, por que diz a conselheira, num
571 sistema onde se tem um hospital julho muller que montou todo um aparato de oftalmologia mas, só
572 faz um pouco, daquilo que ele poderia fazer muito, não se consegue uma parceria com município
573 de Cuiabá com Hospital Geral, mas ainda que insuficiente, diz que sendo feito pelos consócios
574 algumas coisas, e que então é preciso discutir como ampliar serviço de médio e longo prazo, diz que
575 que colocar isso, que não é um problema simples, que não é apenas aprovar ou não aprovar, mas
576 que tem um problema real e que tem pessoas que dependem desses serviços, diz que a
577 judicialização da oftalmologia ainda continua, por que não foi possível resolver aqueles problemas
578 mais complexos. A Conselheira, diz que é muito triste ver uma pessoa que tem diabetes que
579 complica, que precisa de um procedimento, diz que concorda com os demais conselheiros que tem
580 algo errado Diz que em relação a Reunião Extraordinária, diz que pelo menos tiveram o direito de
581 fazer os esclarecimentos e diz que queria manifestar aos técnicos essas propostas de que partir das
582 questões citadas, que possam esclarecer, todos os pontos citados, mas não impedir o prestador de
583 receber, que se o Conselho quiser fazer auditoria preventiva, pós pagamento pode fazer, mas diz
584 que acha que do ponto de vista do controle e avaliação, trabalha com essa prática se comprovou o
585 serviço, paga, mas se errou ele tem que devolver, diz que assim que funciona, por que acha que o
586 pleno também não pode correr o risco de criar situação que depois não possa resolver junto ao
587 Conselho. Diz que então primeiro é isso, refletir em relação a necessidade de fazer cirurgias em
588 forma de mutirão. Diz que esta sendo feito cirurgia eletiva nos hospitais próprios, mas com





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

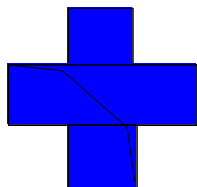
589 capacidade pequena. Diz que Rondonópolis e Sinop estão fazendo mutirão por que não consegue
590 reduzir o que acumulou ao longo dos anos, diz que tem gente na fila com mais de dois anos e isso é
591 fato. Agradece. **(nome da técnica)** Esclarecendo o questionamento da Dra. Fátima. Diz que o fluo
592 do serviço contratualizado para a oftalmologia, tem um setor de diagnóstico e o setor cirúrgico, diz
593 que o setor de diagnóstico era organizado com todos os equipamentos, para os exames necessários
594 para diagnóstico e somente depois o médico informava o indicativo ou não de cirurgia e então
595 liberava as APACs e era enviado para o médico avaliar/autorizar. Diz que havia um ambulatório,
596 antes o paciente era cadastrado na entrada da caravana, e depois poderia identificar os pacientes,
597 que iriam para o atendimento de saúde na portaria, nos relatórios da portaria. e Diz que então tem
598 relatórios da vigilância. Diz que os pacientes que entraram naquele dia para os serviços de saúde, a
599 quantidade de paciente, de que município. Diz que antes era alimentado num sistema, um sistema
600 que foi criado, online, e que o município alimentava o seu levantamento o sua demanda e
601 alimentava, essas informações e que chamava de uma pré-regulação, e os municípios informava as
602 pessoas que iriam para o atendimento na data que e agenda que era estabelecido. Diz que na
603 entrada, primeiro o paciente é cadastrado pela empresa. Fala de como era feito o acompanhamento e
604 o controle Diz que o controle era feito, pelo sistema da empresa, acompanhando o cadastro do
605 paciente, diz que também a equipe circulava pelo circuito, pra olhar o atendimento, nas cirurgias
606 também a equipe entrava na área cirúrgica, onde o paciente ficava esperando. Diz que também era
607 feito a contagem de pessoas que estavam esperando, pegava a estimativa de cirurgias antes e sempre
608 acompanhava, o comparecimento do paciente do paciente naquele dia pra cirurgia. Diz que o
609 controle a equipe estava lá todos os dias, do início até o fim até a saída do último paciente do centro
610 cirúrgico, diz sua equipe e da vigilância saúde, estavam lá o tempo todo. Diz que então, acompanha
611 no sistema os registros, pacientes repetidos, já eram retirados, por que era um atendimento por
612 paciente, uma consulta, uma biometria e assim se fazia no sistema da empresa. Diz que nos serviços
613 fixos, não a gestão não tem como acompanhar, a Gestão não tem como acompanhar o serviço de uma
614 empresa fixa do mesmo que acompanhou na 20/20. A técnica diz que a empresa liberava um link, e
615 a equipe acompanhava. Diz quem, alguns casos onde o médico tinha dúvida pra liberar um
616 paciente, diz que lá era muito mais prático do que o SISREG, por que era apenas entrar no
617 prontuário do paciente e já teria as anotações dos médicos sobre o paciente, os resultados dos
618 exames apesar de estarem todos nas APACs, diz que entrando no prontuário de cada paciente, havia
619 todas as informações sobre ele, o que outro médico escreveu, se teria indicação ou não pra cirurgia
620 de cataratas. Diz que nos relatórios enviados pela gestão, diz que a empresa devolvia pra gestão
621 inclusive os pacientes que não eram indicados pra cirurgias, que não eram aceitos, para fazer
622 cirurgia por conta, por conta do ambiente, em alguns casos o paciente precisa da cirurgia mas em
623 um ambiente hospitalar, então ele era dispensado para ser realizado em ambiente hospitalar. Diz
624 que em relação o ATASUS, esclarece que a gestão tem 90 dias para mandar a produção, além do
625 mês de atendimento, diz que nessa competência julho, a empresa está analisando ainda as três
626 etapas, Cáceres, Cuiabá e Sinop, diz que a empresa está alimentando, das outras as únicas que não
627 foram alimentadas, foram etapa de Barra do Bugres e Peixoto de Azevedo. Diz que o que pode ser
628 encontrado no DATASUS, é que muitas vezes tem glosa, por conta da capacidade instalada. Em
629 resumo a técnica diz que tem um atendimento em 15 dias de mil pessoas, por dia, e diz que é óbvio
630 que a capacidade instalada da empresa, não consegue fazer esse registro no DATASUS, por que o





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

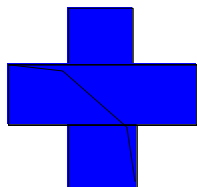
631 sistema, glosa por conta da capacidade, mas diz que os atendimentos aconteceram, por isso,
632 estavam lá com a equipe acompanhando, juntamente com a vigilância em saúde que acompanhava
633 junto com ela, Simone e a equipe dos escritórios. **Secretaria Adjunta Florinda:** A Secretaria
634 inicia, falando sobre a cronologia de pagamento, em se há ou não preferência quanto ao pagamento
635 da caravana. Diz que resumidamente ira falar sobre como é realizado o critério de pagamento. Diz
636 que conforme é de conhecimento de todos, da crise financeira que atravessa o Estado, diz que houve
637 a diminuição dos recursos do Governo Federal e a insuficiência dos recursos arrecadados pelo
638 Estado e por isso algumas coisas precisam ser priorizados. Diz que nessa gestão foi dividido em 5
639 blocos, do que financia o SUS, como hospitais, farmácias, contratos, indenizatórios, diárias e as
640 contas básicas de tarifas conta água etc. Diz que o que passado hoje que é constitucional para
641 pagamentos da gestão, do Estado, teria que ser no mínimo 12 %, porém diz que hoje o Estado não
642 consegue repassar os 12 %. Diz que diverso motivos não repassa 12 %, por falta de arrecadação e é
643 tudo gerido em uma conta única. Diz que quando a Gestão fez um levantamento do custo fixo real
644 da secretaria, diz que foi dividido em 5 grupos como disse, e foi preciso priorizar algumas coisas,
645 hospitais, farmácias repasses fundo a fundo, com o recurso do Estado. Diante do levantamento,
646 havia a caravana, construção do pronto socorro, que era também mais uma questão prioridade de
647 programa de governo que até foi retirado do custo fixo, por que no memento estava tão sufocado
648 que nem com os 12% não caberia esse gasto. Então foi combinado, pagar os hospitais, as farmácias
649 para não fecharem, conta de luz, água, diárias, e diz que tem a questão da caravana, que todos
650 sabem que o fornecedor tem custo, que não é mensal, mas, é um custo que aumenta de acordo com
651 os atendimentos que são feitos, e te um contrato pra isso, e que quando chega pra pagamento uma
652 etapa que realizou no município, foi combinado está fora dos 12%, então o Governo repassaria o
653 recurso diretamente. Diz que o ultimo pagamento que tem em aberto que é de junho, tem a nota
654 fiscal, mas esta em aberto por que a secretaria ainda não repassou, e quando repassa o recurso já é
655 destinado para pagar a caravana, por que esta fora da programação do SES e não cabe dentro dos
656 12%. Diz que na verdade não está priorizando a caravana, diz que a preferencia é para os hospitais,
657 farmácias. Diz que a caravana é do governo que os atendimentos não podem parar e então ele
658 repassa direto pra caravana. Reafirma que não esta passando na frente das prioridades da SES. Diz
659 que quando chega a nota fiscal é comunicado a secretaria de Fazenda e eles é quem precisa levantar
660 o recurso a ser repassado para a SES efetuar o pagamento, sem utilizar os 12%. **Cons Elda:** Diz que
661 já estaria sendo discutido o item 1 mas que a Secretária Florinda já entrou no item dois nas questões
662 dos pagamentos, e que achou boa a explicação, o esclarecimento da Secretária. Diz que a Lei de
663 Licitações, diz que a sequencia de pagamento tem para fornecedor deve ser de acordo com a fonte,
664 então se o Governo passa e ele diz que esse recurso é para a caravana, já é um dinheiro reservado,
665 alerta que essa ação dever estar por escrito, por que poderá ser responsabilizado se ultrapassar outro
666 pagamento da mesma fonte, por é isso que diz a Lei. Diz ainda que toda a caravana foi paga com
667 recurso estadual, não há nada Federal, realmente que isso também foi observado pela Comissão.
668 Diz que quanto a caravana o que ficou esclarecido, diz que ninguém está discordando a única
669 questão é se irá suspender o pagamento ou não. Diz que todos concordam que será preciso
670 esclarecer e dar um tempo para a Gestão esclarecer e isso é um ponto pacífico, diz que a única
671 questão é se suspende ou não o pagamento. Diz que a proposta da comissão é que já quis inclusive
672 colocar quando foi feito a proposta de pauta, já foi exatamente para alertar, da intenção da comissão





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

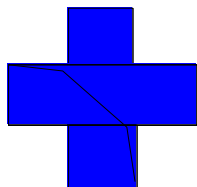
do Conselho de evitar um eventual prejuízo, que ode não se concretizar, diz que pode estar tudo certo. Diz que a Comissão tem uma planilha de excel, com 48.678 procedimentos no estado, não há a certeza se trata-se apenas de Cuiabá ou se é tudo, porem diz que com a Comissão há apenas essa. Diz que isso é tudo que existe como comprovação de serviços com a SES, por que os processos de pagamento, tem cópia com a Comissão pode ser consultado, não tem nem mesmo uma lista de nomes, e diz que como foi dito pela técnica que não consta também no DATASUS, contata-se que não está em lugar nenhum. E embora diga que tem, uma lista, não se pode ter acesso, não é qualquer pessoa que consegue, que dispõe de tempo pra constantemente estar na secretaria em busca da informação. Ressalta que é preciso estar disponível para o cidadão, a Lei de acesso a informação ela diz que tem que transparência ativa e não tem como ficar procurando. Diz que como a Comissão viu o processo de pagamento muito cru, diz que é difícil de se imaginar que o serviço todo foi prestado, com a simplicidade que está o processo de pagamento, que está baseado apenas na assinatura de uma pessoa, uma confiança. **Propõe a votação a proposta de suspensão do pagamento da empresa 2020, também chamada instituto de olhos Fábio Vieira mesmo CNPJ, até que esteja as APACs no DATASUS e que seja realizadas técnicas de circularização mediante amostra de procedimentos para confirmação sobre o efetivo prestação de serviços cobrados.** Votos: favoráveis: abstenção: **Cons. Fatima Ticianel:** questiona o fato da Comissão estar propondo a suspensão de um pagamento de contrato de que esta devidamente comprovado e liquidado. Diz que é direito do prestador que prestou o serviço receber e diz que é obrigação da Gestão controlar, diz que isso já foi feito, que o relatório é cuidadosamente atestado, diz ainda que se o CES tem duvida ele pode solicitar uma auditoria imediatamente em relação a conta, e isso passaria a ser feito pagamento e auditoria, pra verificar já que vocês acreditam na hipótese de que há irregularidades e a gestão já demonstrou que há controle, que há segurança, diz que isso é papel da Gestão Pública que tem que ser feito. Diz que se o CES tem dúvida que peça uma auditoria da conta que foi paga, mas não prejudicar o fornecedor que prestou o serviço, diz que se trata do serviço realizado em Cuiabá. Explica que é muito complicado segurar um pagamento de alguém que na prestou o serviço. Diz que se há dúvida, existe todo o aparato legal, pra verificar se houve alguma irregularidade com os documentos em relação a isso. A Conselheira diz que deve seguir o tramite administrativo e jurídico, uma vez que já passou pelo controle, foi atestado a nota está em processo de pagamento, já liquidado e que após o pagamento se ainda houver duvida que peça uma auditoria, pra que se comprovar irregularidade, efetivar o ressarcimento por que a ouvidoria da SES te essa competência. **Cons. Fátima CRM:** solicita esclarecimento referente a proposta da cons. Fátima Ticianel, questiona que se uma vez realizado o pagamento e decidido pela auditoria, esse controle e avaliação, uma vez constatada irregularidades, pergunta: que mecanismos haveria, de segurança de que a empresa devolveria o dinheiro. **Regime de votação - Proposta 01 Fatima Ticianel: Que o Conselho solicite a realização de auditoria, caso haja dúvidas em relação aos pagamentos dos serviços executados pela empresa 2020, sem prejuízo nos processos de pagamentos em andamento.** Votos favoráveis 03 votos, contrário: 05, abstenção: 02. **A Comissão - Propõe a votação a proposta de suspensão do pagamento da empresa 2020, também chamada instituto de olhos Fábio Vieira mesmo CNPJ, até que esteja as APACs no DATASUS e que seja realizadas técnicas de circularização mediante amostra dos procedimentos para confirmação sobre o efetivo prestação de serviços cobrados.** A conselheira





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Elda esclarece que a proposta é da Comissão embora em alguns momentos tenha hábito de dizer “eu”, mas é proposta da Comissão, e que tem as atas das reuniões. **Em regime de votação a proposta da Comissão apresentada pela Cons. Elda: favorável: 06 votos , contrário: 02 votos abstenção: 02 votos. Proposta Aprovada. 02 pauta** - Pauta que trata da observação da comissão de que não está sendo obedecida a ordem cronológica de pagamento, a conselheira diz que já foi explicado pela Secretaria Florinda. Que o Governo faz a escolha de quem será pago e reserva aquele dinheiro, então entende que já caracterizou que realmente existe uma escolha de quem irá receber o recurso. Diz que é de conhecimento de todos que tem muitas contas em atraso, e o que é o problema, por que, que a lei proibiu, de fazer escolhas? por que o pagamento fora da ordem cronológica, cria a discricionariedade do Gestor, e isso não pode existir, o Gestor não pode escolher quem quer pagar, diz que realizando trabalho para a Comissão, estiveram no financeiro da SES e ouviram do profissional que o Secretário possui uma planilha e ele escolhe qual credor será pago, diz que infelizmente não foi gravado, porém é muito fácil de verificar, basta realizar uma auditoria nessa parte. Diz que não tem uma comprovação, por que não houve uma auditoria, diz que o que a comissão está tentando fazer é que o secretário e toda a Gestão, é alerta que é um crime e que não faça mais. Diz que isso também é uma forma de afastar um fornecedor, por que ninguém mais quer participar de licitação, por que sabe que não vai receber, por que o Gestor que escolhe quem paga. Diz que se isso é verdade, se o licitante acredita que acontece isso, já é o suficiente pra afastá-lo, isso acontece muito. Diz que é um alerta, formalizado que isso é crime e que não aconteça mais. Diz que é muito simples de confirmar essa prática. Nessa pauta diz que a proposta é um alerta pra que a gestão cumpra a lei e abstenha de fazer escolhas de fornecedor pra pagar. **Cons Ana Boabaid:** passa a presidência para cons Luceni. Em sua fala, diz que se inscrever pra falar, por que a Fátima Ticianel está rindo do assunto da pauta, e precisa ser esclarecido que o Conselho é recomendatório, não se pode esquecer que ele faz propositura, recomendação e deliberação, diz que não foi baseado em percepção, refere-se a conselheira Faima Ticianel, que a questiona da Plenária, diz que foi o que enxergou, diz: “ eu com esses dois olhos que ainda enxergam, ingenuamente não será citado nome, por que não esse o objetivo,” é objetivo sim que não se faça dessa forma, para que não aconteça erro, diz que a comissão está falando de uma coisa correta, diz que precisava esclarecer por que não trata de algo criado, mas de um trabalho realizado por uma comissão, diz que não é de criar nada e nem tem mais idade pra isso, a Conselheira, continua sendo questionado pela Conselheira Fatima Ticianel, que esta na plenária, quanto a ação no trabalho, e diz que nessa pauta, foram realizar o trabalho in loco, como a cons Elda,(em nome da Comissão), e diz que havia sim com a área técnica uma planilha, e diz que por ingenuidade o trabalhador, disse que o secretário quem escolhe quem pagar, questionado sobre a ordem cronológica, confirmaram que não ocorre. Então diz que é de finalidade do Conselho sim fazer o alerta do que está errado e isso é trabalhar preventivamente. **Cons. Mario Lúcio:** propõe que o assunto deva ser encaminhado ao pleno do conselho novamente, para que seja realizado uma discussão aprofundada, detalhada pra que pudesse entender o que estão fazendo no Conselho, e com maturidade poder levar até a votação, por que da forma apresentada, não tem condições de manter a discussão por falta de informações. **Cons. Fatima Ticianel:** diz que é legítimo tudo que foi realizado na plenária, legítimo fazer convocação de reunião que eu achei que o assunto nem é extraordinário que poderia ser feito como a gestão solicitou pra fazer na pauta regular, mas seria bom e tranas parente que as entidades que pediram a





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

convocação se manifestasse também, referente a decisão que aconteceu dentro do órgão de decisão, pra assim ver o processo democrático como um todo, por que as entidades vieram claramente fechadas para esse voto. Diz que sua pergunta, o processo democrático aconteceu na universidade, pra assinar uma convocação, diz que é só uma dúvida, por que diz ainda, que é muito fácil o Conselho colocar o Gestor na situação em foi colocado, onde quase não tiveram o direito de falar, então diz, que questiona isso para se refletir, em até que ponto, a gente é responsável por aquilo que também produz, como alerta. **Cons. Ana Boabaid:** na fala da cons. Fátima Ticianel, quer dizer que os conselheiros tem representatividade institucional e até que se prove o contrário ela representa o NEOM, e diz que não pode duvidar da representatividade, pra pedir um documento a respeito, diz que dentro do Conselho cada um tem a representatividade da instituição. Em relação aos questionamentos da Conselheira Fátima Ticianel, a Cons. Ana Boabaid, diz que a Gestão pode denunciar ao Ministério Público, especificamente aquele que a Gestão considerar que não está representando a instituição. **Cons Cássia UFMT:** diz que é representante da UFMT, diz que foi eleita recentemente e está num processo de articulação dentro da universidade, pra efetivar uma forma de como representar a totalidade da universidade, e diz que é muito difícil, diz que conselheira esta fazendo isso e está conversando dentro da universidade com todos as unidades, para conversar sobre como participar das comissões, diz que no dia anterior, esteve discutindo sobre a Conferencia de Saúde Mental, com o instituto que estavam fazendo atividades com os alunos da universidade diz que na medida do possível está tentando. Diz que no mesmo dia da Reunião extraordinária de manhã teve reunião com a coordenação onde levou as suas dificuldades e diz que concorda com a Fátima Ticianel que todos tenham que no máximo possível, representar o conjunto da instituição que representa. Reforça que é um processo que está sendo construído. Diz ainda que votou a favor, da equipe técnica falar e que acha que todos tem o direito a fazer explicações e que isso faz parte do jogo democrático. Em relação a pauta, diz que participou de reuniões e recebeu todos materiais, analisou, ouviu a área técnica falar e achou por bem esperar um pouco, ter um pouco mas de prudência e verificar realmente esses documentos todos comprobatórios e depois disso, poder pagar esse prestador de serviço, diz que acredita que está construindo esse processo de representatividade. **Vice- Presidente Ana Boabaid:** Encerra a reunião, dizendo que é um processo democrático, e que as vezes é conflitante e que nesse espaço não poderia ser diferente. Agradece a presença de todos. **Não Havendo nada mais a ser deliberado, eu Lúcia Almeida Secretária Geral do CES-MT, lavro a Ata desta sessão presidida pela Vice-Presidente do CES Ana Maria Boabaid de Carvalho Couto (NEOM) e estiveram presentes os Conselheiros abaixo: Simone Balena Brito(CASA Civil), Fátima Ticianel(SES), Maria José Vieira da Silva(CES), Cássia Maria Carraco Palos(UFMT), Lúcia de Fátima Bígio(FUNASA), Maria de Fátima de Carvalho(CRM), Morgana Moreira Moura (CRP), Edna Marlene C. Carvalho (SISMA), Tânia Cristina Crivelin (SINTEP), Dejamir Souza Soares (CENTRAIS SINDICAIS), Mario Lúcio Guimarães de Jesus (FCD), Leila Corrêa Melo (AMAPMT)**

